

# Na capital, 201 mil não sabem ler

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Paulo de Araujo/CB - 1/9/06

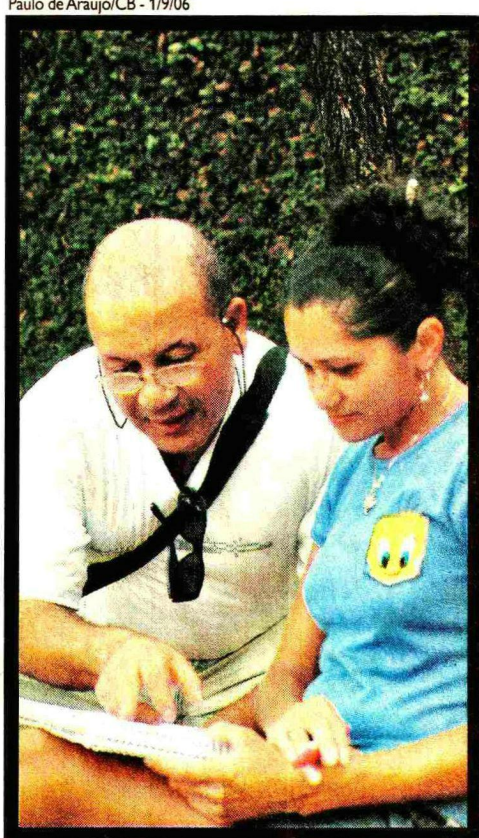
**Q**uando o sinal toca e a aula começa, a angústia toma conta da doméstica Antônia Guimarães, 33 anos. Ela não consegue transformar em palavras os ensinamentos do professor. "Me dá vontade de chorar quando vejo os colegas fazendo anotações no caderno. Até hoje ainda não aprendi a escrever direito", lamenta a estudante do Centro de Ensino do Lago Norte. Antônia está na 6ª série do ensino fundamental e é analfabeta funcional. Consegue copiar da lousa e ler textos simples, mas é incapaz de escrever de forma inteligível e até mesmo de se comunicar por meio da escrita. Muitos colegas matriculados em turmas do sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA) estão na mesma situação.

Entre a população com mais de 15 anos no Distrito Federal, 5,7% são analfabetos, o índice mais baixo do país. No Piauí, por exemplo, 30,5% das pessoas nessa faixa etária são analfabetas, o pior índice do Brasil. O Distrito Federal também tem o maior número médio de séries concluídas. Os brasilienses estudam em média 8,24 anos. Nesse caso, o Piauí também está na lanterna. A população do estado fica apenas 4,36 anos na escola. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), existem 201 mil analfabetos funcionais na capital federal, o que representa 13,7% da população de Brasília. O termo analfabetismo funcional é usado para indicar a incapacidade de utilização da leitura e da escrita e de fazer cálculos aritméticos básicos em atividades cotidianas.

## Pleno domínio

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que os estudantes do ensino fundamental devem ter "capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo". Especialistas em educação garantem que a presença de analfabetos em diversas séries do ensino fundamental é mais freqüente do que se imagina. "A maioria dos estudantes da 2ª série não sabe escrever. O problema do analfabetismo é escolar, atinge principalmente aqueles que já estão matriculados na rede de ensino, e não os que estão fora da escola", garante o especialista em educação João Batista de Araújo, criador do Programa Acelera Brasil.

Ele garante que o problema não é exclusividade do sistema de Educação para Jovens e Adultos. "O analfabetismo está também na escola regular e é reflexo da qualidade do ensino. Dos estudantes do Distrito Federal que fizeram o Prova Brasil, mais de 60% não atingiram a nota mínima. O aluno chega à 8ª série sabendo o que deveria saber um estudante da 4ª", lamenta João Batista de Araújo. O Prova Brasil avalia os conhecimentos em língua portuguesa e mate-



ANTÔNIA E O PROFESSOR: "VONTADE DE CHORAR"

mática dos alunos de 4ª e 8ª série da rede pública.

O professor de história e alfabetizador Nilton Rosa dá aula a jovens e adultos no Centro de Ensino do Lago Norte. Ele usa o tempo livre para tentar ajudar os alunos que não conseguem acompanhar as aulas por deficiências graves na leitura e na escrita. Mas vários são aprovados, mesmo sendo incapazes de fazer provas subjetivas. "Os estudantes me procuram para dizer que não se sentem preparados para mudar de série. Muitos deles são analfabetos e não dominam as quatro operações", garante o professor. Ele encaminhou um ofício ao Ministério Público e à Secretaria de Educação para pedir providências quanto à aprovação de alunos despreparados para a série em que estão matriculados.

## "Corri atrás"

O caseiro Paulo Souza da Rocha, de 25 anos, trabalha em uma residência no Lago Norte e estuda à noite. Ele foi aprovado da 5ª para a 6ª série sem saber escrever o próprio nome. Tinha consciência de que não estava preparado e correu atrás do aprendizado que a sala de aula não lhe havia proporcionado. Hoje, próximo de concluir a 6ª série, ele já consegue tomar notas durante as aulas e se sente mais seguro para fazer as provas. "Só aprendi a ler e escrever porque corri atrás. Tive ajuda de alguns professores e me esforcei para recuperar o tempo perdido", explica o caseiro.

O diretor do sistema de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação, Alcides Corrêa, explica que o objetivo dessa modalidade, que antigamente era chamada de supletivo, é proporcionar oportunidades aos estudantes e condições de recuperar o tempo perdido. "Procuramos fazer com que os alunos tenham condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho ou continuar seus estudos", afirma.

Alcides Corrêa acredita que a aprovação de alunos com deficiências graves na leitura e na escrita no ensino fundamental pode acontecer em decorrência das provas objetivas. "Os estudantes fazem o provão para obter o certificado e se preparam da maneira que acharem melhor. Pode acontecer de um aluno despreparado chutar e ser aprovado", justifica Alcides.